EDITORIAL

Os problemas educacionais precisam ser tratados em sua especificidade teórica e técnica, e ao mesmo tempo enquadrados num contexto histórico, filosófico, ideológico e político mais amplo e abrangente a fim de serem plenamente compreendidos e enfrentados no dia-a-dia da práxis pedagógica. Neste sentido, o presente número de Pro-Posições, dentro da sua política pluralista de tratamento dos problemas teórico-práticos da educação, vem apresentar para reflexão e debate dos pesquisadores educacionais e dos profissionais da educação dois conjuntos de textos: três de natureza mais filosófica ou política e três de caráter mais diretamente educacional.

Os textos de natureza filosófica ou política versam, respectivamente, sobre a questão da ideologia, o problema da institucionalização dos valores e o tema do igualitarismo e da justiça social. Tais questões são abordadas a partir de posições filosóficas radicalmente diferentes e dentro de seu quadro de suposições precisam ser lidas e apreciadas. Partindo da pressuposição de que em filosofia o que deve prevalecer é o argumento da razão e não da autoridade e de que de omnibus est dubitandum, as reflexões dos autores desse conjunto de textos podem contribuir para sacudir aquelas convicções simplisticamente as-

sumidas e consolidar as mais solidamente fundadas.

O artigo de Sandino Hoff sobre "A Ideologia em Marx" tenta, na primeira parte, analisar a crítica de Marx e Engels aos ideólogos que explicam a história através de princípios metafísicos. Na segunda parte, o autor procura explicitar a teoria da ideologia contida nos escritos filosóficos de Marx e, na terceira, propõe-se apreender a teoria da ideologia em O Capital tal como Marx a concebe para a fase concorrencial do capitalismo e procura estendê-la para a fase monopolista do capitalismo. Como a filosofia dos séculos XIX e XX e como a filosofia do "capital", muitas das teses de Marx continuam plenamente atuais. É o que está subjacente ao texto de Sandino Hoff.

O artigo de Augusto Novaski sobre "Historicidade e Instituições Humanas" constitui, por sua vez, uma tentativa de cotejar o pensamento de Paul Ricoeur com o de Ivan Illich, no que se refere ao problema da institucionalização dos

valores. De Paul Ricoeur, o autor estuda as categorias da consciência intencional, do trabalho do nível existencial e do trabalho decorrente do exercício da capacidade de discernimento e de liberdade. Em Ivan Illich, Novaski trabalha as categorias da ação autônoma e da ação heteronômica que compara com as

categorias do próximo e do socius, de Paul Ricoeur.

O trabalho de Eduardo O. C. Chaves sobre "Justiça Social, Igualitarismo e Inveja", uma resenha e reflexão sobre o livro Egalitarian Envy: the Political Foundations of Social Justice, do espanhol Gonzalo Fernández de la Mora, representa uma veemente crítica do igualitarismo e mostra que a origem do igualitarismo está na inveja e sua máscara atual é a doutrina da justiça social. Além disso, procura mostrar que o igualitarismo penaliza os mais competentes e termina resultando em involução social e econômica. O texto apresenta teses altamente polêmicas e conclui apontando alguns dos danos do igualitarismo na esfera educacional.

Os três textos de caráter mais diretamente educacional dizem respeito a algum aspecto vinculado à universidade, à escola de 1º e 2º graus ou à sala de aula. No seu artigo "Sobre a Questão das Extensões Universitárias", João Francisco Regis de Morais faz um breve estudo sobre a relação entre universidade, comunidade e sociedade no contexto brasileiro, buscando focalizar a questão das extensões universitárias em seus vários aspectos, denunciar equívocos e anunciar sugestões práticas para a solução do problema analisado.

No trabalho "A Pedagogia Freinet e a Escola Pública", Maria Fernanda Ferraz Vilela analisa as características gerais da pedagogia Freinet e mostra as possibilidades de sua utilização no contexto das escolas públicas brasileiras, tendo em vista contribuir para a solução dos velhos problemas da educação

brasileira.

Finalmente, Márcia Regina Ferreira de Brito trata do problema da avaliação como projeto ou processo no contexto da sala de aula. Partindo da distinção entre avaliação como processo e avaliação como projeto, a autora procura estabelecer alguns aspectos que deveriam ser considerados pelos professores

que tentam adotar a avaliação como projeto.

Concluindo, esperamos que este número de Pro-Posições contribua para o aprimoramento teórico e prático dos profissionais e especialistas da educação, e para a compreensão mais aprofundada dos problemas da educação brasileira, especialmente neste período republicano. Esperamos que a "Bibliografia Seletiva Sobre Educação e República no Brasil", que, por falta de espaço, não foi publicada no número anterior, também contribua para este objetivo.

O Editor